

## ATA DA 144ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 2006, na sala de reuniões da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá – ACIAP, sito na Rua Rodrigues Alves, 261, na cidade de Paranaguá - PR, às 09h, sob a presidência do Sr. Hélio José da Silva reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a presença dos **Conselheiros**: Sérgio Botto de Lacerda, Rogério Distéfano, José Baka Filho, Ruy Alberto Zibetti, Admilson Lanes Morgado Lima, Michael Martins da Silva, Carlos Antonio Tortato, Leonardo Luiz Vicente, Maria do Socorro de Oliveira, Wilson Moraes da Silva, Ademir Scomasson, Zulfiro Antonio Bósio, Ozeil Moura dos Santos, Luiz Antônio Fayet, Alceu Claro Chaves, Sidney Pinto, Luiz Henrique Roos, João Gilberto Cominese Freire; **Convidados**: CPPR - CMG. Francisco dos Santos Moreira, FAEP - Nilson Hanke Camargo, OGMO - Dautro do Nascimento e Sra. Ana Lúcia Ferreira, SINDAPAR - Laís Sávio, Polícia Federal – Fabiano Bordignon, Receita Federal – João Batista Firmiano, Roberto Rockenbach, APPA - Fabrício Massardo, Luiz Eduardo Geara, Leopoldino de Abreu Neto, Cel. Elpídio Artigas Filho, Capitão Emerson Luiz Pinto, Xênia Karina Arnt, Ogarito BORGAS Linhares, EDIR SANTOS, Renato Nickel Veiga; SEAB – Disonei Zampieri; SINDOP – Edson Aguiar; SINDAPAR - Laís Sávio; FIEP – Mário Stamm; SINDESTIVA – Arivaldo Barbosa José, Osmar Petersen. **Justificativa da Ausência**: Carlos Alberto Calvo, Hermes Anghinoni, Carlos Roberto Frísoli, Jorge Tacla Filho, Willen Mantelli, José Roberto Correia, Nivaldo Tuba, e Airton Galinari I - **ORDEM DO DIA: - 1 - ABERTURA DOS TRABALHOS** – Palavra do **Presidente**: Dá início a reunião cumprimentando a todos, e destacando a primeira reunião do ano, que inicia com mais afinco e determinação. Cumprimenta também os convidados, destacando a Sr. Elizabete Coutinho, que é Diretora do Informativo dos Portos de Itajaí, e que está ciente das regras que este Conselho estabeleceu para cobertura jornalística de seus trabalhos. **- 2 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS** – Foram distribuídas as atas 140ª, 141ª, 143ª Reunião Ordinária, com exceção da 142ª Reunião Ordinária, que encontra-se em elaboração. O Presidente submete a apreciação do Conselho este Conjunto de Atas, sendo que a Ata da 140ª Reunião Ordinária, já havia sido apreciada pelo Conselho, mas na época a Conselheira Maria do Socorro pediu que se fizesse ajustes. A secretaria do CAP recebeu as ponderações da Conselheira Maria, que apenas fez modificações quanto ao estilo de redação. **O Conselho decidiu por unanimidade aprovar as Atas 140ª, 141ª, 143ª Reunião Ordinária. - 3 - POSSE: Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins** – Representante Titular dos Terminais Retroportuários – Conselheiro João Gilberto – Após assinar o termo de posse o Conselheiro expressou o prazer em fazer parte deste CAP por mais um período, agradecendo a todos. O Presidente dá seqüência a pauta no item **- 4 - POSICIONAMENTO SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES INTERNAS DO CAP. - 4.1 – Comissão de Operações Portuárias e Pré – Qualificação de Operadores Portuários – Informações sobre a análise da Ordem de Serviço 036/05 – APPA, que trata do Regulamento de Programações, Atracações e Operações de Navios – Relator – Cons. “Ad-hoc” Maria do Socorro de**

**Oliveira** – Disse que não possui relatório a respeito do assunto, e que a Comissão não se reuniu período, porque houve a edição da Ordem de Serviço 04/06 - APPA que atendeu em determinada medida o que era consenso dentro da Comissão, faltando apenas a questão do container, que é a proposta do Conselheiro Michael para as Janelas de Atracação, e tiradas a questão do container, que se pode atracar carga geral, que é uma questão de consenso entre a comunidade portuária. Acredita que restou uma parte pequena do problema que elencaram inicialmente. **Sra. Laís** – Cumprimenta a todos, e destaca que participaram da reunião de lançamento da portaria 004/06 - APPA, que realmente atende algumas reivindicações, outras ficaram de ser estudadas, como a questão das Janelas de Atracação, Cargas no TCP, principalmente os tempos de expurgo. Disse que sugeriram na época ao Sr. Claubert, que levasse ao Superintendente a idéia de se fazer uma Comissão permanente de discussão das Ordens de Serviço, que dizem respeito, as Atracções, Desatracções, Operações, Portuárias, porque entendem que foram essas reuniões que propiciaram esses resultados finais. Então gostariam de ter uma Comissão permanente que se reunisse uma ou duas vezes por mês, até que tudo se resolvesse, visando as próximas ordens de serviço. Como esta solicitação foi feita no dia 09, e não houve nenhuma resposta, ontem foi protocolado um ofício na APPA, e aguardam o posicionamento da Administração do Porto. **Presidente Hélio** – Sob o ponto de vista das atribuições e competências deste Colegiado, já se tem uma Comissão, que se reúne permanentemente, que na medida que surgem assuntos, ou necessidades que são trazidas no âmbito desta Comissão. Certamente ela vai analisar e convidar toda Comunidade para contribuir e assim apresentar uma alternativa com maior consistência sobre a matéria. **Sra. Ana** – Reitera essa posição com relação a carga geral, e janelas do TCP, para que fossem realmente apreciadas para elaboração de uma nova resolução, entendendo que a Portaria 04, melhorou sensivelmente as disposições anteriores da Ordem de Serviço 036/05. **Conselheiro Michael** – Resume que está havendo alguma mudança, e que há referências bastante genéricas sobre Janelas de Atracação, mas que não chegam ao propósito que foi apresentado pelos armadores no ano passado, que era específico para o Terminal de Containeres de Paranaguá. Acredita que com a proposta de ter um Grupo de trabalho, para se reunir com a APPA, e saber o que está por trás disso, e através dessa nova ordem, dos interessados submeterem os seus pedidos de janelas, saem da gaveta as coisas especificamente articuladas, como o Berço 209, 215, 216. Espera que essa iniciativa de criação de uma Comissão permanente fosse levada adiante, e marcada talvez do próprio Comitê técnico deste Colegiado, e tivessem a primeira reunião para poder pedir a APPA o que se espera. Porque é muito fácil fazer pedidos, mas se não for organizado, no próprio TCP, onde ele concilia Janelas que não vão entrar em conflito de cara, que às vezes acontece ter um pedido de seis interessados para Segunda –feira de manhã as sete horas, e só ter dois berços, e isso tudo tem que ser trabalhado antes, para que os pedidos quando forem apresentados a APPA sejam apresentados de maneira construtiva, e não tumultuada. **Conselheira Maria do Socorro** - Manifesta em nome do Bloco dos trabalhadores a concordância com a proposta de reuniões para ajustar a questão das Ordens de Serviço, das Atracções no Porto, porque isso é muito

importante e é uma questão de carga, de trabalho, e de produtividade. E os trabalhadores manifestam juntamente com o SINDOP, SINDAPAR, e com os Armadores, este desejo de reuniões permanentes. Acreditando que para efeito de facilitar o trabalho, e conciliar os compromissos de cada um que deve participar dessa reunião, uma programação antecipada, uma data para que cada um pudesse se organizar. Volta a dizer que o Relator desta Comissão é o Conselheiro João Gilberto, que está presente, e a exceção do TCP, os demais assuntos foram encaminhados.

**Conselheiro João Gilberto** – Agradece a Conselheira Maria pelo auxílio sempre prestado, e disse concordar com a sua posição. Acredita que houve uma mudança e que isso foi importante, pela parte de aceitação do Porto, em re-discutir alguns pontos, e acredita que a situação do container pode ser estudada. Gostaria de aguardar algumas idéias que foram trocadas, porque a sua visão é que as pendências que ficaram sobre container, podem ser acertadas entre os próprios usuários. **Presidente Hélio** – Em que pese a Comissão ter outros assuntos que estão dentro da sua pauta, ao se pronunciarem sobre essa matéria, solicitam ao Conselho que aguardem a evolução destes entendimentos. Dando continuidade a pauta no seu próximo item: **- 4.2**

**– Comissão de Uso Racional das Instalações Portuárias e dos Processos Licitatórios para sua Exploração – Relatório 01/06 sobre a análise do Ofício Circular 008/05 –APPA- Regras para instalações de Terminais Privados destinados à movimentação exclusiva de soja transgênica no Porto de Paranaguá**

– Relator – Cons. José Baka Filho. Presidente Hélio – Destaca que em uma das reuniões anteriores, quando foi discutido o Ofício 08/ 05 – APPA, foi solicitado as Comissões de Regulamento de Explorações, de Uso Racional das Instalações, e de Operações Portuárias, que se reunissem para discutir especificamente sobre as regras para instalação de terminais privados, e a movimentação exclusiva de soja transgênica no Porto de Paranaguá. Os Senhores Conselheiros receberam o Relatório da Comissão de Uso Racional sobre esse assunto, e pede que o Relator da Comissão apresente as conclusões em que a Comissão chegou. Conselheiro **José Baka Filho** – Lê o Relatório nº 001/06 – de 18 de janeiro, às 10 horas, análise do Ofício Circular 08/05.

**CONSIDERANDO:** Que a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, emitiu e encaminhou a diversas entidades em data de 21 de outubro de 2005 o Ofício Circular 008/05, para o qual até o presente momento não acudiram interessados; Que a APPA enviou ao CAP nesta data, o Ofício nº 016/06 que torna sem efeito o Ofício Circular 008/05-APPA; Que a movimentação de soja transgênica na APPA está proibida; Que a previsão de colheita de soja transgênica no estado do Paraná, segundo estimativas das entidades representativas do segmento agrícola, é de aproximadamente 20% (vinte por cento); Que segundo informações dos representantes dos terminais na Comissão, a metodologia de classificação da CLASPAR, prevê uma tolerância para presença de soja transgênica entre a convencional de até 0,1% (zero vírgula um por cento), considerada muito baixa, pois poderá haver contaminação nesse percentual em função dos meios de transporte utilizados; Considerando que os representantes dos terminais na comissão informam que os contratos de compra e venda de soja em "pool" não prevêm restrição à soja transgênica; Que os representantes dos terminais na comissão informam que permanecendo a proibição, ã



CONSELHO DE AUTORIDADE  
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE  
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161  
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR  
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360  
www.portosdoparana.gov.br  
E-mail: cappgua@pr.gov.br

movimentação de soja transgênica, há uma previsão de redução na movimentação de soja pelo Porto de Paranaguá, no ano de 2006; Que conforme declarações (cópias anexas) de empresas certificadoras internacionais de qualidade (Control Union Ltda, Schutter do Brasil, Intercontrol, Intertek Agri Services, Inspectorate, Thionville do Brasil Ltda e SGS do Brasil Ltda), existem procedimentos de segregação, profilaxia e limpeza, que impedem a "contaminação cruzada" que são possíveis de serem realizados nas instalações da APPA; **RESOLVE:** Propor ao Conselho que recomende à APPA a adoção das medidas abaixo relacionadas, como forma de resgatar e tornar mais atrativas as movimentações de soja pelo Porto de Paranaguá: Manter o Terminal Público como exclusivo para movimentação de soja convencional; Permitir a utilização do sistema do complexo do corredor de exportação e outros terminais para movimentação de produtos desejados pelo comprador; Determinar que a limpeza e higienização do sistema do complexo e outros terminais, para impedir possíveis contaminações cruzadas, seja de inteira responsabilidade das empresas dos exportadores e fiscalizadas pela APPA e demais órgãos competentes. **Presidente** - Pergunta se há alguma manifestação sobre a matéria? **Conselheiro Bósio** – Como Relator da Comissão de Atração de Cargas, e Desenvolvimento do Porto de Paranaguá, solicita a presidência que os Conselheiros como um todo continuem com o trabalho que está sendo empreendido, no sentido de exportar soja transgênica via Porto de Paranaguá, sem nenhuma restrição a mais, porque a perda de soja transgênica no ano passado devido ao assunto muito discutido inclusive pela imprensa foi muito grande. E esse ano deve-se trabalhar em cima de métodos, conceitos e fórmulas para que a soja transgênica possa sair do Porto de Paranaguá sem nenhuma restrição. **O Conselho decide aprovar o Relatório, e o Presidente informa que será baixada uma Deliberação. Dando continuidade a pauta em seu item - 5 - CONTRIBUIÇÕES À PROPOSTA DE NORMA DA ANTAQ SOBRE A FISCALIZAÇÃO NOS PORTOS ORGANIZADOS:** **Presidente Hélio** – Informa que no final do ano passado a ANTAQ colocou em audiência pública uma proposta de norma para disciplinar os seus atos sob o ponto de vista da fiscalização das atividades portuárias nos Portos Organizados. Essa audiência pública teve um período de vigência, depois foi aditado para obter contribuições dia 18 de janeiro. Na semana passada teve uma audiência com a direção da Antaq, e trataram de um balanço das atividades deste Conselho, dos principais assuntos que foram tratados aqui, e atuação da Agência sobre os assuntos que são gerenciados e administrados no âmbito do Porto de Paranaguá e Antonina, e destacou que a proposta de norma de fiscalização, talvez por uma inobservância deste Conselho, este não teve a oportunidade de contribuir, ou de apreciar a matéria. O Diretor-Geral da Agência lhe disse que por esta razão estava disposto acolher novas contribuições, razão pela qual essa matéria foi pautada, e distribuída para ver se algum dos Conselheiros gostaria de apresentar alguma contribuição aquela proposta, que relaciona muito o aspecto de gestão da atividade portuária, e também em relação Porto e Conselho de Autoridade Portuária. Pergunta se há interesse de algum Conselheiro de apresentar alguma contribuição com essa matéria, ou se já estaria satisfeito da forma que foi posta. **Conselheiro Fayet** – Pergunta se a remessa das sugestões seria feita via CAP, ou diretamente? **Presidente Hélio** – Disse que a intenção é remeter as

sugestões via CAP, mas se houver algum interesse de mandar diretamente não há problema, mas a idéia é vir em nome do Conselho e se o Conselho aprovar, estará encaminhando. **Conselheiro Fayet** – Pergunta se o Conselho estará opinando sobre as posições pessoais? **Presidente Hélio** – Destaca que o Conselho pode receber contribuições pessoais, fazer um referendo sobre essas e encaminhar, ou pode discutir alguma destas. Depende do Conselho. **Conselheiro Fayet** – Acredita que o CAP não precisa se manifestar, mas simplesmente abrir esta possibilidade de servir de canal para que as opiniões individuais sejam encaminhadas. **Presidente Hélio** – Há um outro fato novo que no Diário Oficial de ontem saíram três mensagens do Presidente da República, indicando três nomes para compor a Diretoria da Antaq ao Senado. E pode ser que esse grupo possa rever o encaminhamento dessa audiência pública, mas isso não pode se assegurar. **Conselheiro Fayet** – Acredita que o processo de audiência pública terá uma Segunda rodada, a partir das discussões, e das contribuições enviadas. **Presidente Hélio** – Acredita que haverá uma discussão interna na Antaq, para consolidar todas as contribuições. **Conselheiro Fayet** – Destaca que o interessante é aqueles que possuem contribuições enviarem a presidência, porque se o CAP for se envolver nisso ficará muito demorado. **Presidente** – Pede que aqueles que tiverem as suas contribuições e quiserem que sejam encaminhadas via Conselho de Autoridade Portuária, que encaminhem a essa Secretaria para que se possa apresentar essa decisão. Como não houve nenhuma manifestação em contrário, o Presidente dá seqüência a pauta em seu item **– 6 – EVENTOS E PARCERIAS DA APPA PARA O EXERCÍCIO DE 2006 - Cons. Ruy Alberto Zibetti** – Representante da APPA. – Disse que existe uma programação determinada, bem estabelecida, onde será realizado pelo Porto de Paranaguá e Antonina, e seus colaboradores, eventos como o I Encontro Brasil Portuário, I Encontro de Portos Latino – Americanos, II Seminário Internacional de Gestão Ambiental Portuária, e a Intermodal, que se realizarão ao longo do ano de 2006. Convida assim a todos os presentes para que participem desses eventos. Avisa também que assim que as datas estejam firmadas estará repassando um prospecto a todos os Conselheiros, para que estes estejam se programando. **Conselheiro Bósio** – Este ano o CEXPAR, com apoio da AEB, realiza o IV Seminário de Logística do Estado do Paraná, e o IV Seminário de Logística Integrada, que é um Seminário Nacional, que se dará no dia 31 de maio, quando o CEXPAR completa 35 anos de fundação. Gostaria que esse ano a APPA participasse desse evento, que se trata de Logística Integrada, onde entram Portos e Aeroportos dentro da matéria. Como responsável pela Comissão de Atração de Cargas do Porto de Paranaguá, é importante esse evento se realizasse da Cexpar e da AEB, sendo uma proposta de que esse evento fosse inserido dentro da Programação de Eventos da APPA. **Conselheiro Ruy** – Considera a posição do Conselheiro Bósio, e destaca que ano passado tiveram uma reestruturação e não podem se posicionar em tempo para ir ao seu conhecido evento, mas que estarão se preparando com mais antecedência para participar desse evento. Na seqüência, o Presidente dá continuidade a pauta em seu item **– 7 – ISPS – CODE E CONTROLE DE ACESSO AOS PORTOS ORGANIZADOS E ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO OGMO PERANTE A LEI 8.630/ 93 – Conselheiro Ruy** - Destaca que o Isps – Code é uma preocupação de todos os Conselheiros, Comunidade Portuária e da APPA, e que

estão presentes a equipe técnica da APPA, que junto com o Dr. Fabiano esmeram-se a conseguir a certificação. Não sabe se o OGMO não prefere falar antes, porque evidentemente a Lei 8.630/93, vem nesse momento influenciar as nossas relações. Pergunta quem propôs esse item, por ter sido surpreendido quando atribuída a ele essa questão. **Presidente Hélio** – A matéria foi sugerida pela Superintendência da APPA à Secretaria do CAP. Esclarece que é uma tradição, de quando se trata de assuntos relacionados ou incluídos por solicitação da Administração do Porto, a palavra inicial é sempre de seus representantes designados para esse CAP, entretanto, estes Conselheiros podem se valerem de auxiliares para tratarem das questões. **Sr. Flávio** – Destaca a instalação de catracas, e torniquetes para controle de acesso de pessoas, e somente pessoas que estejam cadastradas e autorizadas terão acesso a faixa primária. Especificamente ao OGMO, já se tem uma integração com o Departamento de Informática do Ogmo, mas há uma necessidade que ainda não foi atendida, e como tem que atender as necessidades somente dos TPA's cadastrados, escalados para o terno, precisam receber essa lista de TPA's antes do início do terno, coisa que não foi feita nessa implantação do Projeto. Dá o exemplo das pessoas que são escaladas para trabalhar no terno que começa 7 horas da manhã, precisam receber antes das sete horas da manhã, a relação do nome dessas pessoas, para poder programar as catracas e torniquetes, para que somente essas pessoas escaladas possam entrar na faixa. E nesse primeiro momento o Ogmo ainda não atendeu a essa informação, e assim não se terá um controle efetivo, que só haverá quando o Ogmo conseguir passar essa informação a APPA. **Cel. Elpídio Artigas Filho** – Informa que dentro da implantação do ISPS-CODE no Porto de Paranaguá há um atraso considerável. E essa angústia devido ao atraso é de toda a Administração do Porto, e ela se deve a uma série de razões que talvez não precisem ser colocadas, mas sem dúvida há uma interferência pela condição do Porto como um todo, que implique em alguns procedimentos de órgãos que trabalham em conjunto com a Administração do Porto. E em virtude desse aspecto trouxeram o assunto à tona, por sentirem dificuldade de termos essas informações com a antecedência desejada e trouxeram a discussão ao Colegiado, para que realmente houvesse por parte do Conselho uma ajuda para que isso se concretize, porque todos têm conhecimento que se não tiverem essas informações, todos os investimentos feitos e todos os procedimentos do Porto, não terão validade alguma na medida em que duas ou três horas de espaço qualquer pessoa possa entrar no Porto, e portanto estariam com todo o planejamento de Segurança prejudicado. **Conselheiro Fayet** – Disse que pelo que estudou esse controle de pessoal é uma condição necessária e excludente, e se não tiverem esse controle adequado, não estarão em conformidade, podendo não estar em condições para operar no sistema. Pergunta se essa idéia está certa ou equivocada? **Dr. Fabiano** – Um dos requisitos para certificação é ter um controle de acesso não só das pessoas, mas das cargas, veículos. E no caso do Porto o controle de acesso de pessoas é o nó da questão, porque no dia-a-dia, muitas pessoas acessam o Porto. A questão da troca de dados entre o Ogmo e a APPA, foram feitas algumas reuniões, com a presença da CESPORTOS, do qual é coordenador, é um órgão mais de fiscalização, para observar se esse controle está sendo feito. Existe um problema na primeira chamada das sete

horas, a qual pensaram em fazer a verificação na saída. Existem reuniões semanais para equacionar isso, entre o Porto e o Ogmo, porque a Cesportos não pode ditar como proceder, e na realidade a Appa deve apresentar a forma que vai ser utilizada e a Comissão vai dizer se é suficiente ou não. Uma das hipóteses seria fazer na primeira chamada na fiscalização da saída, mas o mais importante é existir um processo administrativo eficiente para punir o trabalhador, ou qualquer pessoa que seja encontrada no Porto sem autorização para estar lá. Teve dois casos de pessoas que causaram tumultos em embarcações e essas pessoas através de inquérito foram proibidas de acessar os navios. Essa pessoa entrou com o mandato de segurança, contra a autoridade policial, e na justiça foi mantida a proibição de acessar. Tem que se pensar no Porto que o trabalhador, ou qualquer funcionário, ou prestador de serviço que acesse o Porto sem ter uma autorização para isso tem que receber uma punição. Acredita que essa fiscalização do controle de acesso tem que começar com os servidores do próprio Porto, todos terão que ter seu crachá e identificação para saber quando entraram e quando saíram. Embora a Comissão Estadual tenha uma posição de fiscalização, ela está a disposição, para quando for chamada. E o Controle de acesso é imprescindível para certificação. **Conselheiro Fayet** – Com sistemas informatizados não consegue entender, que na hora que se fecha a escala, em tempo real essa informação é transmitida para o sistema de catracas. Pergunta qual a dificuldade nesse sentido? **Presidente Hélio** – Pede que o **Sr. Roberto**, da Receita Federal se manifestasse, porque a Lei 8630 e o Regulamento Aduaneiro versa sobre essa matéria de acesso de pessoas e bens aos Portos. **Sr. Roberto** – Destaca que a verificação de funcionamento de acesso de veículos e pessoas, é um procedimento estabelecido na Receita, tanto é que em uma das Reuniões do CAP, esteve presente o **Sr. João Batista** que é participante de uma das comissões de vistoria. E a Receita como órgão, faz avaliação de recintos, incluindo essas verificações. O que pode dizer, é que tem conhecimento das pessoas que fazem parte da Comissão de Alfandegamento de Avaliação, e que existe essa dificuldade no controle de acesso de pessoas. A implementação do ISPS – CODE foi um pulso para Receita para que se desse conta de todas as exigências que já existiam dentro da Receita, dentro desse tema. O modo de implementação do Isps-Code tem avançado muito, e esses controles já deveriam estar implantados em todos os recintos alfandegados. Basicamente o que o ISPS exige são as condições de alfandegamento que já tinham naturalmente, e que a Lei 8630 só veio dar suporte. A APPA tem um processo de alfandegamento, e com a implementação do ISPS se tem a expectativa de que sejam resolvidos todos os problemas, para que efetivamente perante a legislação aduaneira a APPA esteja em conformidade com as exigências. **Sr. Dautro** – Cumprimenta a todos e pergunta se essa questão está encerrada ou se ainda será discutida essa questão de competências do Ogmo. **Presidente Hélio** – As competências do Ogmo estão expressas na Lei 8630 e demais legislações cujo âmbito, e o fórum de debate da legislação não é esse CAP. Aqui se pode discutir a forma em que está sendo aplicada, de dar consequência. **Sr. Dautro** – Considerando que o Assunto tratado refere-se especificamente a Isps-code, e que foram realizadas diversas reuniões, em que o Ogmo está atuando ativamente, junto com os trabalhadores, Polícia Federal, Ministério do Trabalho, e a própria APPA. E vem

colaborando, por saberem claramente que isso determina a questão da vinda de mais carga ao Porto de Paranaguá e em consequência mais trabalho. Tal qual a APPA, o OGMO vem investindo em equipamentos, para que não haja divergência nenhuma em comunicação, no intuito de facilitar as informações. Porém encontram-se em um processo, onde necessitam de alguns respaldos. Cita como exemplo uma escala do Sindicato dos estivadores, que em pico forte, demandam de 600 a 800 pessoas, sendo um setor muito forte. Explica que a escala é feita desde o operador até os contramestres, guincheiros, e todo pessoal da operação do navio, e não é um processo fácil, que começa, 6h55, e sim desde às 5h30. **Sra. Ana** – É importantíssimo ressaltar porque o Ogmo não consegue passar o resultado da escalação 15 minutos antes do início da jornada, e isso acontece porque nesse momento ainda está sendo feita a escalação, não existindo uma possibilidade real de tempo, não de dados, e de nada relacionado aos dados propriamente ditos. É que por força cultural, e por força de convenção coletiva, com o Porto em dias normais, o Ogmo faz duas escalações, uma delas com início por volta das 6h40, que escala os trabalhadores das 7 às 13 horas, e logo em seguida os trabalhadores que vão trabalhar das 13 às 19 horas. Então é impossível concluir o resultado das operações, quinze minutos antes da jornada, dificilmente em qualquer sistema de escalação vai ser possível ter o resultado da escala das 7 horas da manhã. Culturalmente isso acontece desde que os Sindicatos são sindicatos e que escalam os trabalhadores, e com o Ogmo isso é repetido em função inclusive de Convenção Coletiva. As convenções Coletivas estabelecem os horários das jornadas de trabalho, e os horários das escalações. E o Ogmo não tem como fugir deste tempo, desses horários determinados, e não tem como fazer a transmissão com 5 minutos de antecedência. Sugere assim que se encaminhe aos trabalhadores e aos operadores Portuários, que são quem convencionam as normas para escalação, prazos, e inclusive das jornadas de trabalho, ou que estas escalações sejam feitas com um pouco mais de antecedência, ao invés de fazer às 6h, esse procedimento de escala se iniciasse antes, assim como os da 19h, ou a alteração da jornada de trabalho, ao invés de começar às 7h, começar às 8h, e se mantém o horário atual de escalação. O Porto continuaria a funcionar 24 horas e o Ogmo teria o tempo hábil para fazer a escalação e transmitir os dados. **Conselheiro Bósio** – Acredita que a Segunda sugestão do Ogmo de em convenção coletiva alterar as escalas e antecipar os trabalhadores, seria o resultado positiva como uma forma de controle. Informa que o Instituto Aliança Pró-Comex está fazendo um trabalho em sintonia com a Receita Federal e a Coamo, esses procedimentos vão ser totalmente informatizados e com referência ao ISPS-Code existe um estudo de que não só se controla o trabalhador dentro do Porto, como o espaço durante todo o horário de trabalho. Não só controlará a entrada do trabalhador, mas sim onde ele está durante o dia, para a segurança do Porto. **Sr. Luis Eduardo Gears** – Destaca que é importante definir se isso vai ocorrer num momento inicial de implantação, ou num segundo momento, se vão ser feitas essas alterações que o Ogmo sugeriu de acordo com a CESPOTOS. Sendo que a APPA depende de saber se o controle será feito num primeiro momento, ou se não teria problema em aguardar uma segunda oportunidade para estabelecer o controle da primeira chamada. **Sr. Ana** – Imagina que se o controle não for feito desde um primeiro

momento, esse segundo passo vai demorar muito mais, entende que o controle tem que ser feito imediatamente, propiciando as alterações necessárias. **Sr. Arivaldo** – Disse que essa questão é mais complexa do que parece ser, e é muito simples expor oralmente. Nota que esse controle será somente para trabalhadores, não somente dos TPA's nas áreas Portuárias. Tem que se ver também a retaguarda, uma vez fizeram o controle, estavam a bordo às sete horas, e a carga só chegava às 8h, porque os armazéns só abrem às 8h, e há armazém que fica na retaguarda longe do Porto, atrasando a carga. Então se exige o controle e o horário de um segmento, e o restante dos segmentos não estão englobados nesse processo. Pede que esse processo seja analisado no conjunto, porque teorias e conceitos são muitos, mas não se sabe o que acontece. Por exemplo, a escalação só termina quando o último trabalhador for chamado, porque nesse período de tempo há mudanças, que não são impostas pelo trabalhador, mas sim pela circunstância. E terá que se mudar o sistema de seis horas e os quatro períodos. E o trabalhador não pode perder, porque é avulso e trabalha quando há escalação. Só recebe quando é requisitado, e assume o ônus quando não está trabalhando, por isso há dificuldades maiores nas negociações. Sabe que se tem que avançar, mas não se impõe nada. **Presidente Hélio** – Contribui dizendo que uma questão é refletir e debater sobre o que está no âmbito de nossa atuação, outra coisa é levantar questões que extrapolam o âmbito de atuação deste Conselho e que se tem dificuldade de vir a questionar, de impor, ou de propor qualquer alteração de imediato. Razão que destaca, que no momento em que enunciaram essa matéria, as Competências da Lei 8630, do Regulamento Aduaneiro que estabelece controle de pessoas e bens. E naturalmente não se foca exclusivamente pessoas, se foca bens. **Dr. Fabiano** – Destaca que o debate estendido hoje sobre a questão do Controle de acesso, apesar de existirem vários interesses e dificuldades tem que acontecer. Como coordenador da Cesportos tem uma posição um pouco mais confortável, por ser o Órgão que vai fiscalizar. A Cesportos está a disposição, e acredita na promoção de novas reuniões com as partes interessadas, para equacionar essas dificuldades e trazer para que o Conselho tome conhecimento. Sendo que reuniões mais niveladas devem ser capitaneadas pela APPA. **Presidente Hélio** – Entende que ao trazer esse assunto ao Conselho a APPA teve o intuito de obter a contribuição desse Colegiado, e equacionar essas matérias. Há uma Comissão de Acompanhamento de Segurança e Meio Ambiente, cujo Conselheiro Ozeil é o Relator para equacionar essas matérias. Entre suas atribuições essa Comissão tem acompanhar a implantação do ISPS-CODE, e acredita que devam se reunir de imediato convidando todos esses atores a debaterem a matéria para que se possa evoluir em um espaço de tempo menor possível, para que todos pudessem refletir esse assunto de forma mais aprofundada e trouxessem a esse Conselho as conclusões em razão de que aqui só se obtém o papel primordial de deliberação, e não de instruir processos. E parece-lhe que está faltando um pouco mais de instrução. **Conselheira Maria do Socorro** – Comenta que ao longo dos onze anos de Conselho, já foram feitas várias tentativas inclusive na aplicação da Lei 8630/93, de mudar o horário de trabalho e resolver essa questão portuária. Já foi feito o horário de oito horas, e na época da privatização os trabalhadores viram que não eram o problema e chegaram a bordo no horário, mas a carga não chegava. Há uma



CONSELHO DE AUTORIDADE  
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE  
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161  
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR  
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360  
www.portosdoparana.gov.br  
E-mail: cappgua@pr.gov.br

série de problemas de Logística que não foram contemplados, e nessa Logística há uma série de equívocos de todos os setores, e isso não só por parte dos trabalhadores. Não vê como essa questão do horário de trabalho ser resolvida em 15 minutos, em um prazo rápido, porque até aqui durante onze anos, com todas as tentativas de horário de trabalho, com todas as tentativas de mudanças, ela não conseguiu ser equacionada, porque se tem problemas de todas as ordens. Pensa que o Delegado da Polícia Federal, falou algo certo, que pode ser feita uma fiscalização posterior, e talvez seja uma solução que saia dessa pressão. Porque não vê, a não ser que a haja agora uma solução inesperada. Não vê ao longo desses onze anos, e isso é um problema portuário nacional, a na ser que haja um equilíbrio de gerenciamento logístico muito sério. **Presidente Hélio** – Essa ótica que foi colocada, colabora com o que havia dito, ou seja, a necessidade de se aprofundar a reflexão, por não se tratar de um problema de solução rápida, tem sua complexidade. Pergunta se existe restrição quanto ao encaminhamento para a Comissão com o objetivo de ampliar a reflexão sobre essa matéria, de modo que o CAP venha ter mais elementos e possa se posicionar. **Cel. Elpidio Artigas Filho** – Acredita que o encaminhamento é extremamente positivo e que a APPA coloca-se a disposição para participar dessas reuniões. E pede um reparo com relação a agenda, porque em nenhum momento dentro do que participou, e pedido para agendar esse assunto a APPA quis discutir exatamente a Lei, e sim algo em relação com que o Ogmo deve fazer quanto as escalas. **Conselheiro Ozeil** - Pede ao Presidente que reitere aos Blocos o questionário distribuído sobre Segurança e Meio Ambiente. E até o presente momento só receberam duas contribuições, e não consegue entender Segurança e Meio Ambiente sem a manifestação dos Blocos. E isso está de acordo com o que foi falado, da importância em dialogarmos. **Presidente** – Disse que fará ecoar esse pedido, expedindo comunicação aos integrantes desse Conselho, e oficiar uma correspondência a Administração do Porto para que comunique ao Conselho sobre essas iniciativas administrativas. Pede que se estabeleça uma data para que os demais Conselheiros possam se organizar e possam vir a discutir a matéria. **Conselheiro Tortato** – Tem participado em algumas reuniões sobre essa questão da implementação do Isps – Code, e pede que se mude o foco da discussão. Preocupa-se porque para os Dirigentes Sindicais e trabalhadores, o trabalhador só entra no Porto quando está trabalhando, e quando está escalado, e eventualmente quando um ou outro é pego no retorno essa vai ser uma exceção, por isso esse foco de preocupação, de alguém que não estiver escalado entrar no porto, parece exagerado. Acredita que se deveria fazer três ou quatro entradas, mudar a estrutura, por ser mais fácil administrar 100 pessoas em um portão, do que 500. Essa foi uma sugestão dos trabalhadores, que não foi ouvida. Existe uma questão cultural, a Estiva tem uma série de escalas, que acredita que possam ser mudadas e diminuídas esse número de listas, para facilitar a escalação. O grande problema está só na primeira escala, pois na segunda não teria problema. Se escalou a das sete, a das oito pode esperar e mudar a lista depois. O grande problema é a primeira escala, que precisa de uma colaboração de quem requisita, do Operador Portuário, para essas informações chegarem cedo no Sindicato, e o Sindicato poder fazer essa escala. As Comissões podem fazer uma assembléia conjunta para explanar para os trabalhadores, e mostrar os motivos, para

facilitar a implantação. **Dr. Fabiano** – Destaca que a Comissão Estadual não vai conduzir esses trabalhos. Foram feitas algumas reuniões onde sentiu essas tensões, mas os trabalhadores foram ouvidos nas reuniões que foram promovidas no Porto. E o Porto se comprometeu e foi resolvida a questão das obras de permanência das barreiras. E o plano que o acesso não autorizado a exceção de execução, o que muitas vezes é na exceção que acontecem os problemas, abrindo uma vulnerabilidade no Porto para toda Comunidade Internacional. Por trabalhar na polícia pensa no que pode dar mais errado, no dia a dia, e no Controle de acesso para cuidar daquela pessoa trabalhadora ou não que está no Porto sem autorização, e que essa pessoa pode fazer um ato lesivo que prejudique todos, trabalhadores, pessoal de serviço e todos, que podem ser prejudicados por um acesso não autorizado, uma situação que cria uma vulnerabilidade. Essa é a visão da Comissão, mas quem vai ter que encaminhar a questão é o responsável pela implementação do Ispis-Code no Porto, e a CESPORTOS vai ver se o resultado atende ou não. **Presidente Hélio** – Disse que respeitam as competências, e sabem que a responsabilidade de execução é da Autoridade Portuária, e o que o Conselho pretende é ser um catalisador, no sentido de que possa promover o entendimento entre as partes, e oferecer uma contribuição de maneira efetiva para equacionar todos os problemas. **Conselheiro Ozeil** – Pede que os Blocos interessados encaminhem a Secretaria do CAP as suas sugestões até o dia 07 de fevereiro, para que a reunião da Comissão se realize no dia 10 de fevereiro, às 9:30 hr, na ACIAP com todos os elementos. Sem mais Comentários, o Presidente dá seqüência a pauta em seu item. – **8 – DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS DO CAP JUNTO A COMUNIDADE PORTUÁRIA** - **Presidente Hélio** – Ao longo desse período, que estão trabalhando no Conselho, tem sentido a ausência de divulgação dos trabalhos do CAP, não só dos seus atos deliberativos, mas os assuntos que são tratados aqui para que a Comunidade Portuária pudesse tomar conhecimento. Pediram então que esse assunto fosse pautado, para que o Conselho pudesse refletir a respeito dessa matéria. Tem então a oportunidade de fazer a divulgação perante os principais jornais que circulam as notícias do Estado do Paraná, e de Paranaguá, como também em nível nacional. Paralelamente foi pedido a APPA que franqueasse um ícone na página do Porto, de tal modo que lá também pudessem ser divulgados os trabalhos. De imediato a Administração do Porto já produziu uma primeira etapa deste trabalho que está citado na projeção. **Sr. Luís Eduardo Geara** – Explica que no portal do Porto de Paranaguá, na internet, há um link do CAP. Destaca que o Link está em fase estrutural, mas já está com algumas disposições do conteúdo do Portal, conforme orientação do CAP. **Presidente Hélio** – Quando se fala em institucionalização há no Link, atos de criação do CAP, Regimento Interno, Composição do Conselho, Regimento das Comissões Internas. Pergunta ao Conselho do nível de informação que deve ser disponibilizado para se referir a Composição do Conselho? Se apenas o nome e a entidade, ou algo mais? O Conselho decide por disponibilizar o nome, a entidade, e o Bloco que representa. **Presidente Hélio** – Informa do envio de expedientes, e que em termo de comunicação há assuntos mais específicos e que são de caráter interno, e outros de natureza pública, e que será analisado o nível das correspondências expedidas, e poderão ser disponibilizados. Sobre o ponto de vista dos resultados do

trabalho do CAP, se pode criar um link de notícias, que poderia trazer uma espécie de “release”, e para produzir esse “release” naturalmente haveria a necessidade de um apoio técnico, porque isso necessita de uma linguagem jornalística e de alguém que domine essa matéria para poder produzir e submeter ao CAP, para que se possa observar o que vai ser divulgado. E o objetivo de tudo isso é fazer com que a Comunidade Portuária receba informações sobre o que o CAP faz, porque não está havendo um canal de divulgação do que é produzido. E seria conveniente que se tivesse esse canal, e além desse portal poder utilizar os veículos de mídia e por isso necessitaria que os atos que são produzidos aqui, serem distribuídos para esses veículos. **Conselheiro Rogério** – Sugere que as Deliberações do CAP sejam incluídas no link do CAP, e que na identificação dos Conselheiros se incluisse o e-mail pessoal dos Conselheiros. **Presidente Hélio** – Destaca que nesse Link pode se fazer referência a todas as entidades que tem representação no CAP, e outros links de interesse. Porque há uma cultura na internet, que na medida que se propicia ao navegador o maior número de informações, ele tem mais interesse sobre aquele site, estimulando a consulta. E isso não pesa para o Portal. **Conselheiro Rogério** – Disse que nesses portais existe um espaço para troca de comunicações do Público externo, e sugere que se tenha um ícone nesse sentido, abrindo um campo para quaisquer interessados encaminharem suas mensagens. Acredita que esses espaços são interativos, e que falta um espaço para Conselheiros colocarem suas posições, e análises que possam fazer sobre o CAP, abrindo a possibilidade para conhecimento. **Presidente Hélio** – Informa que esse momento é de uma apresentação considerada preliminar, e no momento em que tiverem um estágio mais consolidado haverá a necessidade de se baixar um ato, disciplinando todo esse regramento, para que se tenha orientações iguais para todos os procedimentos. **Conselheiro Rogério** – Destaca que a sua proposta é de se criar um mecanismo para que essas opiniões sejam compartilhadas, discutidas, e como um avanço, para que não se percam numa manifestação aqui, que normalmente não constam em ata. Insiste que não se deixe isso para um momento sucessivo, porque estão nesse momento fixando um modelo desse Portal, e parece-lhe que estas sugestões que está dando são perfeitamente compatíveis. **Conselheiro Michael** – Acredita que essa questão é bastante abrangente, e a única questão que vai se deixar o público conhecer são as atas, porque o público vê a pauta, mas não vê a ata, que obviamente vai ocasionar curiosidades em relação aos assuntos tratados e as deliberações. Mas já que a pauta é a primeira coisa que aparece, várias coisas entram nas atas e morrem com um ponto final, na se falando das reações e das pendências, destaca a lista de pendências que foi aprovada pelo Conselho, que sem maiores detalhes poderia ser disponibilizada, para que o público soubesse o que está sendo tratado no dia a dia, quais são as pendências revisadas em todas as reuniões Ordinárias. E que esse item uma vez aprovado, entrasse automaticamente como item três da ata, e sugere que isso seja aprovado, para que se organize os trabalhos do Colegiado, cobrando essas pendências. **Presidente Hélio** – Pede que a secretaria do CAP, informe o estágio dessas pendências. E disse que essa sugestão de procedimentos, parece-lhe oportuno, porque a partir do momento que se destaca o início do trabalho da reunião, poderiam começar pelas pendências da sessão anterior e

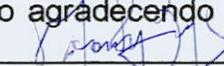
de outras. E o que vem sendo feito, é fazer com que todos os assuntos que são tomados decisões deliberativas ou de encaminhamento, automaticamente são expedidos os documentos, e que algum que ainda não foi solucionado, pode ser recuperado a partir desse momento. **Secretário Vítor** – Como secretaria se tem ouvido a um tempo essa questão de pendências, sendo que também é uma preocupação, mas a prioridade foi dada as atas e os assuntos pendentes já começaram a ser levantados. Durante esse mês será feito além do levantamento, uma cronologia dos encaminhamentos sobre o assunto, trazendo essas pendências para apreciação do Conselho. **Presidente Hélio** – Disse que o link no site do Porto, é um caminho, e pergunta aos outros canais que seriam os jornais? **Conselheiro Fayet** – Destaca que essa questão de imprensa, hoje em dia está muito difícil, porque o volume de notícias que existe é muito grande. Didaticamente acredita que não conseguirão expor isso para população, o que o mais viável é disponibilizar os assuntos no site. **Conselheiro Baka** – Sugere que se informe a todos os órgãos de imprensa, jornais, revistas, mídia deste link do CAP existente na página do Porto, e pedir a colaboração da própria acessória de imprensa da APPA, que divulgasse os assuntos mais relevantes. **Conselheiro Bósio** – Acredita que precisam se comunicar mais, porque hoje a informação é o melhor meio que se tem para avançar em qualquer direcionamento, e a indústria da informação é a maior indústria do mundo, e todas as informações e a divulgação delas é de extrema importância. Fez uma pesquisa a algum tempo do exportador e importador paranaense através do CEXPAR, perguntando se conheciam o que era o CAP. E nenhuma porcentagem sabia o que era o CAP, e o que representa. Acredita que como paranaenses tem que se divulgar o que é bom para o Paraná e para o Brasil, porque o CAP não é do Paraná, e sim do país. Tem que se divulgar o que se representa aqui. Concorde com o Site, e que é um dos caminhos mais rápidos, mas se sente frustrado em perceber que a sociedade não sabe o que o CAP representa. E como Conselheiros, todos tem que se valorizar, porque são uma instituição que fazem com que os Portos progridam em curta distância. **Conselheira Maria** – Destaca que o CAP tem um problema de base, por não ter orçamento, e não ter sede, nem Assessoria de Imprensa. Pode-se falar tudo aqui, mas se o CAP continuar na pobreza em que vive, não se terá acesso a imprensa. **Presidente Hélio** – Coloca que se consultarem alguns veículos, que fazem comunicação diária, virtualmente, é freqüente ter notícia do Porto de Santos. E na medida em que se informa que existe um veículo desse, e que se alimenta esse veículo, seja com auxílio de alguém da área de comunicação social da APPA, auxilie os funcionários da Secretaria para atualizarem esse portal, e os veículos saberem que ele existe, é evidente que para garantir a publicação de uma matéria existe uma outra discussão. Mas o papel do CAP é produzir a informação, e é claro que na medida que essa informação seja do interesse do veículo ele vai publicar. O que se precisa é que todas as instituições representadas passem a valorizar a informação veiculada em um portal igual a esse, para se fazer conhecido. Porque o que se percebe é que o CAP de Paranaguá não é conhecido, e sabem que as pessoas percebem a existência dele no nosso meio. Mas não legislam para si, e sim para uma Comunidade Portuária, e é conveniente que essa Comunidade saiba da existência do CAP. **Conselheiro Baka** – Disponibiliza a Assessoria de

Comunicação da Prefeitura, para colocar o que for de interesse do CAP, e sugere que todos os órgãos presentes façam o mesmo. Complementa que se todas as entidades representadas no CAP, utilizarem dos seus e-mails, já será uma grande divulgação, por atingir principalmente a área interessada na divulgação do CAP. **Conselheiro Alceu** – Dentro da orientação do CAP, coloca a Câmara Setorial de Imprensa a disposição do CAP, para estar fazendo divulgação, sem responsabilidade da entidade. **Presidente Hélio** – Disse que já disponibilizam de duas entidades, e que estarão solicitando a APPA, por uma questão de apoio técnico que tem a oferecer. **Sr. Antônio Holanda** – Se apresenta, e coloca que sua empresa presta serviços de Acessória de Imprensa a CEXPAR. Disse que mesmo com as entidades que se colocaram a disposição para estarem enviando matérias a respeito do CAP, essas matérias precisam ser concentradas, tendo que passar por uma filtragem, serem avaliadas, e enviadas aos veículos de forma correta. Coloca sua empresa a disposição para oferecer esse serviço de comunicação gratuitamente, entendendo a importância que não só existe a internet como meio de comunicação. **Presidente Hélio** – Acredita que o Conselho tem elementos suficientes para refletir a matéria e na medida da conveniência se utilizar dessas possibilidades. Na seqüência o Presidente agradece a equipe de informática da APPA que está trabalhando nessa proposta, e todo empenho do Conselheiro Ruy. E pede que se caminhe nessas propostas, com essas contribuições que ocorreram, para que até a próxima reunião se tenha estruturado todo esse processo. **Sr. Luis Eduardo Gera** – Complementa, dizendo que as mensagens podem ser colocadas acessando o botão de contato, que linka direto ao e-mail do CAP, e como informação complementar, disse que no Portal do Porto, vai ser disponibilizado a pedido do Engº Admilson, as informações de calado do Porto de Paranaguá. **Presidente Hélio** – Disse que seriam aquelas informações de divulgação constante dos níveis de profundidade dos Berços de Atracação e do canal de acesso, que era uma reivindicação do Conselheiro Michael. **Conselheiro Fayet** – Cumprimenta a iniciativa, e que agora é uma questão de praticar. Esse site vai ser um grande instrumento, porque algumas pessoas porque algumas pessoas procuram conhecer os interessados, e muita gente pesquisa porque tem interesse. **Presidente Hélio** – Disse ainda que seria importante colocar como ícone um FAQ, perguntas interessantes, o que é o CAP, o que faz. Dando uma interpretação a legislação dentro de uma orientação para o usuário – **9 – RELATÓRIO GERENCIAL, OPERACIONAL, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA APPA** – Foram distribuídos e seu conteúdo é auto-explicativo. – **10 – RELATÓRIO GERENCIAL DO OGMO** - Foi distribuído cópia a todos os Conselheiros, e seu conteúdo é auto-explicativo. II – **EXPEDIENTE: Correspondências Recebidas** - **Presidente Hélio** – Destaca três expedientes, o primeiro, o **Ofício 033/06 – APPA**, de 25 de janeiro que trata dos reajustes das Tarifas Portuárias da APPA, e evidentemente pela data de recebimento seria impossível pautar hoje. Destaca que o procedimento de Reajuste Tarifário tem uma orientação da ANTAQ, que a legislação impõe. Hoje a Antaq é a entidade que autoriza essas revisões e reajustes tarifários. Então as Administrações Portuárias apresentam à Agência as suas respectivas propostas, a Agência analisa, e achado em conformidade, devolve a Administração do Porto, que submete a Homologação do CAP. Ao receber esse Ofício, ele não consubstancia com uma proposta fundamentada

de acordo com as exigências da ANTAQ, e certamente é difícil apreciar essa matéria, porque se iria solicitar tantas informações a APPA, que seria melhor a APPA encaminhar uma proposta a ANTAQ, e depois submeter a esse Colegiado. Se for do interesse do Colegiado opinar previamente sobre o Ofício encaminhado pela APPA, a proposta será acolhida, do contrário se comunicará a APPA que o procedimento é de acordo com a instrução da ANTAQ. **Conselheiro Ruy** – Entende que a proposição do Presidente é positiva. **Conselheira Maria** – Disse que até aqui, não tiveram esse procedimento, porque todas as vezes que houveram alterações da tarifa portuária, elas foram tratadas no âmbito do CAP, e depois passadas ao Governo Federal. Mas por outro lado, a APPA sempre encaminhou a Tarifa completa e não um Ofício, todo um procedimento de uma tarifa completa, com todos os dados para poder ver exatamente as mudanças e suas justificativas. Pensa que o Reajuste deve ser analisado primeiro no Conselho, e depois encaminhado a ANTAQ. **Presidente Hélio** – Nos momentos anteriores que esse Conselho apreciou o Reajuste Tarifário, não existia Agência Reguladora, o assunto era tratado no âmbito do Ministério dos Transportes, submetida ao Ministério da Fazenda que aprovava e devolvia a Administração do Porto, que submetia ao CAP. Mas nada impede que a Administração do Porto negocie com o CAP, algo que possa ser do interesse comum, como é o caso das Tarifas. Porém a Portaria do Ministério da Fazenda que transferiu essa autonomia para ANTAQ, que ao receber essas propostas analisa e vêm da Administração do Porto, após a manifestação da Antaq para apreciação do Colegiado. Pode ser feito o contrário, mas para a Agência a posição neste momento do CAP não terá nenhuma serventia. **Conselheira Maria do Socorro** – Disse que o CAP também pode não concordar com a Antaq, e se isso acontecer pergunta como fica o reajuste tarifário. **Presidente Hélio** – Não se trata do CAP julgar a decisão da ANTAQ. **Conselheira Maria do Socorro** – Destaca que o CAP, tem que aprovar, homologar o reajuste tarifário, mas pode vir da ANTAQ, e qualquer CAP do Brasil não homologar, ou do contrário aprovar, e se terá um problema institucional. **Presidente Hélio** – Disse que nos outros CAP's, as Administrações Potuárias submetem a ANTAQ uma proposta. Se ANTAQ, analisar e achar necessário complementar a informação, a um processo de complementação das informações. No caso do Porto de Santos houve uma aprovação lá, de um reajuste de 40% das tarifas. A Administração do Porto de Santos submeteu ao CAP, que não autorizou imediatamente os 40%, mas escalonado, e mediante o cumprimento de algumas metas. Não há na legislação amparo, para se discutir a validade da decisão da Agência, que se discute na Justiça. Mas o que se pode fazer aqui, é colaborar com a Administração do Porto, em examinar a matéria em qualquer momento que ela deseje. Porém o procedimento, é de a ANTAQ aprovar o reajuste ou não, este vir para o Conselho para ser homologado. Se autoriza o percentual imediato, ou possa dividi-lo em períodos distintos e percentuais variados. **Sr. Ogarito** – Coloca que o envio desse material ao CAP previamente, é com o intuito de dar ciência ao CAP dos procedimentos que o Porto está tomando, dos levantamentos que já foram feitos no sentido de se ter a nova tarifa. A regulamentação posterior que o Presidente colocou com muita clareza, regulamentação que passa primeiramente pela Antaq. Mas o intuito era dar ciência ao CAP dos procedimentos que o Porto está tomando para o reajuste tarifário, e evidentemente o Porto seguirá os

trâmites legais. **Presidente Hélio** – Disse que se pode discordar da decisão da ANTAQ, mas é fato que o CAP não tem competência para revogar a decisão da ANTAQ. Em seguida entregou cópia das instruções da ANTAQ sobre reajuste tarifário aos representantes da APPA, para apreciarem essa matéria. Pergunta ao Conselho se consideram o Ofício 033 da APPA acolhido ou se aguardam uma proposta mais ampla da Administração do Porto? Outra alternativa é encaminhar o assunto para exame da Comissão específica do CAP e comunica a Administração do Porto, que com base nas instruções do CAP, aguardarão a complementação de informações para análise da matéria. O Conselho decide pela última alternativa. **II EXPEDIENTE - COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES GERAIS DO MÊS** Na seqüência o **Presidente** comunica o recebimento do Ofício 3631/05, do Gabinete do Ministro dos Transportes, que trata da Publicação do Atos do CAP pela Administração do Porto. E esse Ofício traz em anexo o Memorando 745/05 da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes, que anexa o Memorando 297/2005 da Diretoria de Programas de Transportes Aquaviários, que ratifica essa necessidade, inclusive alertando sobre a possibilidade de denúncia do Convênio, e de Co-responsabilidade do Ministério dos Transportes, caso não tome medidas adequadas sobre esta matéria. Em seguida comunica o recebimento de cópia do Ofício nº 466 – ANTAQ, de 22 de dezembro de 2005, onde se faz referência as diversas fiscalizações que promoveu na Administração do Porto, e conclui por ratificar. **Conselheiro Michael** – No final do ano passado por questões até mesmo estratégicas, chegaram a concluir, e por uma decisão para, chegaram a concluir, por uma moção unânime, que era o Horário de Funcionamento do Porto, nas épocas de feriados natalinos, e acabou não aconteceu. Pede que pautem na próxima reunião esse assunto sobre horário de Funcionamento, para ter tempo de conversa, e discussão. A sua visão de prejuízos do mau horário de funcionamento desse dia, é de seis navios. E acredita que por esse assunto ser de importância para praticamente todos, deve-se pauta-lo. **Presidente Hélio** – Acredita ser importante essa ponderação, e que deva se motivar a Comissão 1, que trata do Regulamento de Exploração do Porto para que realize uma reunião para analisar essa questão. Destaca o Ofício 720/05 – APPA, de 26 de dezembro, assinada pelo Senhor Paulo Nogueira Artigas, que faz referências a essas questões, de uma forma um pouco diferenciada e citando que não foi possível analisar a proposta de Horário de Funcionamento enviada pelo CAP. **Conselheiro Fayet** – Registra que o Bloco dos Usuários foi o único a manter o voto em relação a proposta apresentada em fevereiro. **III – ASSUNTOS GERAIS. – PREFEITURA - Conselheiro Baka** – Informa que a Prefeitura tem realizado parcerias com as empresas em Paranaguá, para ampliação de creches, pavimentação, de algumas vias de acesso, das próprias empresas. E que a Prefeitura encontra-se aberta a todas as parcerias, até porque o município não dispõe de todos os recursos necessários para realizar todas as melhorias que o município precisa. Estão implantando o FIA – Fundo da Infância e Adolescência Municipal, onde as empresas podem destinar os seus impostos de renda direto para este fundo. Convida a todos para participarem amanhã, às 10:00hr, da assinatura do convênio da Escola Técnica, na Câmara Municipal, que está quase pronta. Estará presente o presidente do FNDE, repassando um recurso de 1milhão 229 mil reais para complementação das obras, e

equipar o centro. Em breve a escola técnica estará funcionando com oito cursos. Informa também sobre o Giz-on-line, que é uma ferramenta que a Prefeitura implantou na arrecadação de ISS, que está aumentando a cada mês, apesar da redução de arrecadação no município. **Presidente Hélio** – Destaca que o CAP recebeu formalmente o Convite para essa cerimônia da Fundação Educacional, Cultural e Tecnológica de Paranaguá. E inclusive na reunião passada o Conselheiro Frisoli fez um convite para que o Conselho estivesse visitando as obras, e está previsto com os programas que a Sra. Laís trouxe, e gostaria que o máximo de Conselheiros de fizesse presente, porque é uma das atribuições desse Conselho zelar pelo treinamento do trabalhador portuário, e fará o possível para estar presente. **APRESENTAÇÃO - Conselheira Maria do Socorro** – Apresenta o Sr. Osmar Petersen, que está assumindo não oficialmente um assento como titular no Conselho, representando o Ogmo. **Presidente Hélio** – Destaca que com certeza será bem vindo quando se efetivar está substituição. – **NORMAS PARA PRÉ – QUALIFICAÇÃO DO OPERADOR PORTUÁRIO - Sr. Arivaldo** – Quando foram elaboradas as Normas para a Pré – Qualificação, colocou uma questão que naquele momento foi retirada. Havia um item que dizia que para ser pré – qualificado, tinha que ter anuência ou não de todos os sindicatos, e isso foi retirado, porque a Lei diz que o Ogmo é responsável para arrecadar e repassar. Quando assumiu o Sindicato, pegou uma dívida de 93 mil reais, de operador portuário que não pagaram, e que continuam operando no Porto de Paranaguá. **Presidente Hélio** – Solicitou ao Sr. Arivaldo que formalizasse esse pleito, independente do registro em Ata, porque a norma que foi baixada por esse Conselho, é dinâmica, e se o Conselho achar conveniente apreciar essa nova matéria, poderá fazê-lo. **Sr. Ogarito** – Destaca que para o Porto poder emitir o certificado, ele faz uma consulta aos Sindicatos, para observar se há regularidade. Se a Comissão que emite o Certificado, receber uma comunicação do Sindicato, dizendo que anula aquele informativo, que não havia dívida com o Sindicato específico, o Certificado será anulado, será suspenso, por ter um prazo de validade longo. Se o Sindicato fizer essa Comunicação ao CAP e enviar ao Porto, a Comissão de Cadastramento do Operador Portuário irá suspender os Certificados do Operador Portuário. **Conselheiro João Gilberto** – Sem polemizar o assunto, pede que o Sr. Dautro diga se existe uma pendência de algum operador portuário com a estiva. Disse que isso é impossível de acontecer. **Sr. Dautro** – Quanto a mão de obra requisitada ao OGMO não existe dívida nenhuma para com Sindicato algum. Essa dívida, é uma pendência de requisição de mão de obra não oficial. **Sr. Arivaldo** – Disse que é mão de obra oficializada, e estará mandando a relação – **PRÓ – COMEX - Conselheiro Bósio** – Informa ao Conselho que a aliança Pró-Comex que foi criada com 55 instituições do Brasil, todas as instituições, Federações, Associações, e todos os Segmentos Econômicos, conseguiu grandes avanços no ano passado na desburocratização do Comércio Exterior. Uma meta que foi estabelecida pelo Ministério da Indústria e Comércio, e essa Aliança tem um grande evento a se realizar esse ano, que será eliminar as Leis de desde 1947, que tratam de portos, para informatizar todo sistema. O Programa do Pró – Comex irá encurtar distâncias, agilizar exportações e acabar com a Burocracia que ainda é muito grande. – **INSTALAÇÕES DO CAP E DA RECEITA FEDERAL - Conselheiro Ozeil** – Pergunta

aos Conselheiros representantes da APPA como estão as instalações do CAP na APPA e quando as Reuniões voltarão a serem realizadas no prédio da Administração do Porto? Acrescentou ainda se a sala da Receita Federal está pronta? Tem a impressão, que estão há um ano tendo de empréstimo as instalações da ACIAP. **Conselheiro Ruy** – Disse que o Presidente Hélio tem estado constantemente nas instalações da Administração do Porto, que estão havendo progressos, mas ainda falta por exemplo o sistema de condicionamento de ar. A sala em si está em modestas condições, e não entende porque não é utilizada. A própria Conselheira Maria já esteve lá, e pode dar um testemunho pessoal das condições da sala. **Conselheira Maria do Socorro** – Faz referência ao calor, e que realmente as pessoas estão passando mal dentro do prédio. E como representante dos trabalhadores, tem que destacar a dificuldade dos funcionários em desempenhar as suas funções, em um lugar com ventilações pequenas, e sem sistema de ar condicionado. Acredita que no verão não há como retornar as reuniões para a sua sede. **Presidente Hélio** – Destaca que observou que estavam instalando um balcão de protocolo, com catracas, e com uma portaria de controle de acesso as instalações do prédio. Porém com relação as instalações do CAP, elas estão muito precárias, e não possibilitam o retorno para lá. Disse ainda que recuperou o Relatório do Ministério dos Transportes que extraviou no âmbito da secretaria do CAP, estará enviando ao Ministério Público Federal, e as divisórias que estão lá, faltam 60 cm para chegar até o teto, e a iluminação está precária, não há condições normais de funcionamento. E estão muito modestas mesmo. **Conselheiro Ruy** – Faz a sua última intervenção que para um CAP, pobre há também uma sala modesta. **Presidente Hélio** – Destaca que o Porto não é pobre. **Conselheiro Botto** – Disse que antes desse assunto entrar em pauta, comentava esse assunto com o Sr. Ogarito contando que o Governador o ligou a pouco, e ele lhe disse que estava na reunião do CAP, que era na Associação Comercial de Paranaguá, e o Governou se espantou, perguntando se não havia sala do CAP no Porto de Paranaguá. E soube que havia uma reforma, mas é necessário uma posição do que está sendo feito, porque é difícil concordar com a posição do Conselheiro Ruy de que instalações modestas devam ser destinadas ao CAP. E acredita que isso seja um despropósito, porque na medida em que a Associação Comercial se dispôs a acolher o Conselho. No mínimo essas instalações no Porto devem ter equivalência as de hoje aqui. Imagina que não possam ficar nas instalações da ACIAP eternamente sendo agraciados. **Conselheiro Admilson** – Quanto a sede da Receita Federal a construção do novo prédio que terá parte destinada a Receita Federal, e um outro andar para parte operacional, já iniciou, e já entrou no segundo pavimento. Sendo o propósito da construtora entregar tudo até maio. Além dessa construção, deve ser iniciada uma outra ao lado, junto ao armazém 9A, que é uma dívida antiga da Martine Meat, e do contrato que existia. Com esses dois prédios a intenção da Administração é colocar um para órgãos de apoio ao Porto, e outro para partes operacionais do próprio Porto. Sem mais contribuições o Presidente encerra a reunião agradecendo a presença de todos, tendo eu **Vitor Roberto Muller Bernardi**,  Secretário Executivo, lavrado a presente Ata que segue assinada pelo Presidente, demais Conselheiro e Convidados.

**CONSELHEIROS:**



CONSELHO DE AUTORIDADE  
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE  
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161  
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR  
Tel. (41) 420-1142 - Fax (41) 420-1360  
www.portosdoparana.gov.br  
E-mail: cappgua@pr.gov.br

ATA DA 144ª R.O. CAP

Hélio José da Silva \_\_\_\_\_  
 Sérgio Botto de Lacerda \_\_\_\_\_  
 Rogério Distéfano \_\_\_\_\_  
 José Baka Filho \_\_\_\_\_  
 Ruy Alberto Zibetti \_\_\_\_\_  
 Admilson Morgado Lanes \_\_\_\_\_  
 Michael Martins da Silva \_\_\_\_\_  
 Carlos Antonio Tortato \_\_\_\_\_  
 Leonardo Luiz Vicente \_\_\_\_\_  
 Maria do Socorro de Oliveira \_\_\_\_\_  
 Wilson Moraes da Silva \_\_\_\_\_  
 Ademir Scomasson \_\_\_\_\_  
 Zulfiro Antônio Bósio \_\_\_\_\_  
 Ozeil Moura dos Santos \_\_\_\_\_  
 Luiz Antônio Fayet \_\_\_\_\_  
 Alceu Claro Chaves \_\_\_\_\_  
 Sidney Pinto \_\_\_\_\_  
 Luiz Henrique Roos \_\_\_\_\_  
 João Gilberto Cominese Freire \_\_\_\_\_

CONVIDADOS:

CPPR - CMG. Francisco dos Santos Moreira \_\_\_\_\_  
 FAEP - Nilson Hanke Camargo \_\_\_\_\_  
 OGMO - Dautro do Nascimento \_\_\_\_\_  
 OGMO - Ana Lúcia Ferreira \_\_\_\_\_  
 SINDAPAR - Laís Sávio \_\_\_\_\_  
 Polícia Federal - Fabiano Bordignon \_\_\_\_\_  
 Receita Federal - João Batista Firmiano \_\_\_\_\_  
 Receita Federal - Roberto Rockenbach \_\_\_\_\_  
 SEAB - Disonei Zampieri - \_\_\_\_\_  
 APPA - Xênia Karina Arnt \_\_\_\_\_  
 APPA - Fabrício Massardo \_\_\_\_\_  
 APPA - Leopoldino de Abreu Neto \_\_\_\_\_  
 APPA - Luis Eduardo Geara \_\_\_\_\_  
 APPA - Cel. Elpídio Artigas Filho \_\_\_\_\_  
 APPA - Cap. Emerson Luiz Pinto \_\_\_\_\_  
 APPA - Renato Nickel Veiga \_\_\_\_\_  
 APPA - Eduir Santos \_\_\_\_\_  
 Sindestiva - Arivaldo Barbosa José \_\_\_\_\_  
 Sindestiva - Osmar Petersen - \_\_\_\_\_  
 FIEP - Mário Stamm - \_\_\_\_\_